

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- Aos dezanove dias do mês de dezembro de dois mil e quinze, pelas nove horas, no Auditório Dr. Manuel Faria, na Casa da Cultura Mestre José Rodrigues, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Alfândega da Fé, convocada nos termos da alínea b) do n.º1 do artigo 30.º do Anexo I à Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, presidida pelo Deputado Nuno Maria Abreu Pinheiro Miranda, tendo como primeiro e segundo secretários, Maria Teresa Lavandeira de Araújo Pimenta Paço e Domitila de Fátima Morais Branco, respetivamente. -----

----- Após declarada aberta a sessão o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal começou por informar que os Senhores Deputados Municipais Maria Manuel Rocha Cunha e Silva e Mário Telmo Lopes Legoinha solicitaram a sua substituição ao abrigo do artº 5º do Regimento da Assembleia Municipal, tendo sido substituídos pelos Deputados Marisa Susana Gomes Velho Rodrigues e Alcino José Vaz, respetivamente. -----

----- De seguida, procedeu-se à chamada dos senhores deputados municipais, verificando-se a ausência dos Senhores Deputados Adriano Augusto Andrade, Iolanda Cristina Barros Neves, José Joaquim Reboredo Almendra e Ricardo Jorge Pimentel. -----

----- Justificaram as faltas a esta Sessão, dentro do legalmente estabelecido os Senhores Deputados Adriano Augusto Andrade e Iolanda Cristina Barros Neves. O Senhor Deputado Adriano Augusto Andrade justificou atempadamente a falta à quarta sessão ordinária realizada no dia vinte e seis de setembro de dois mil e quinze. -----

----- Verificada a existência de Quórum na Assembleia Municipal procedeu-se à continuidade dos trabalhos. -----

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu conhecimento de toda a correspondência recebida desde a última sessão, colocando-a ao dispor dos interessados para consulta. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia informou os Deputados Municipais que estava presente a ata da quarta sessão ordinária, realizada no passado dia vinte e seis de setembro de dois mil e quinze para ser submetida a aprovação. -----

----- O Senhor Deputado Diamantino Mário Soeiro Lopes interveio para chamar a atenção para que no final do terceiro parágrafo da referida ata, onde se lê “Diamantino Mário Lopes foi substituído por Camilo António Oliveira” deve ler-se “Camilo António Videira” uma vez que o nome do seu substituto está incorreto. -----

----- Não se registando mais inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou a ata da quarta sessão ordinária à votação, tendo sido aprovada, **por maioria**, dos vinte e dois Deputados presentes, com dezanove votos a favor, zero votos contra e três abstenções, dos Senhores Deputados Horácio Pinto, Diamantino Mário Soeiro Lopes e Alcino José Vaz. Não participou nesta votação o Senhor Deputado José Joaquim Martins, por ainda não se encontrar na sala. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

----- A Senhora Deputada Carla Franco usou da palavra e após cumprimentar e desejar boas festas a todos os presentes, disse querer felicitar o Município pela notícia de há poucos dias relativamente ao “ranking” da transparência. Disse que foi com muita alegria que recebeu essa notícia, tendo inclusive, sido informada da mesma por colegas na escola, que Alfândega da Fé mais uma vez tinha ficado em primeiro lugar no ranking da transparência. Propôs, depois, um

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

voto de louvor à Câmara Municipal por esta atitude e este desafio que mais uma vez foi superado. O Senhor Presidente da Mesa disse que também ele recebeu vários telefonemas a felicitá-lo de forma indireta pelo Município ter tido esta classificação. Disse que nos dias de hoje, em que se fala em corrupção, obscuridade e compadrios, o facto de Alfândega da Fé, pelo segundo ano consecutivo ser o Município mais transparente em 308 municípios, tem muita importância. -----

----- O Senhor Deputado Luís Terêncio começando por cumprimentar todos os presentes, disse ter recebido com agrado este primeiro lugar no ranking. Disse, depois, que no ranking de transparência há muita confusão, mas acima de tudo, há uma coisa que esta notícia traz, que é Alfândega da Fé, nos meios de comunicação social. De seguida, sublinhou o facto de esta ser a última sessão de 2015 e, cumulativamente, estão a terminar seis anos de mandato deste Executivo. Disse que esta Assembleia merece mais do que críticas e respostas, merece uma introspeção por parte da equipa do Executivo, pensando naquilo que são os pontos mais positivos e menos positivos e aquilo que é a sua gestão. Ao fim de seis anos, disse, continuamos a ter um município com uma taxa de endividamento muito preocupante, benefícios fiscais que passam ao lado de todos os munícipes, cargas fiscais enormes, e sugere que se faça uma reflexão, pois há municípios que estavam iguais ou até em pior situação, que viveram com as mesmas regras e conseguiram chegar a uma situação de benefício mais direto aos munícipes. Disse, depois, não ter dúvidas que o Executivo trabalhou para que isso fosse alterado, mas o que é certo é que não se chegou a esses benefícios. -----

----- Posteriormente, usou da palavra o Senhor Deputado Diamantino Mário Lopes, começando por dizer que foi proposto um voto de louvor, esperando que a Mesa o coloque à votação. Deu depois os parabéns ao Município e a todas as Instituições pelo arranjo de Natal do Jardim Municipal, destacando a Liga dos Amigos do Centro de Saúde que liderou todo este processo de embelezamento, mas também a todas as Instituições e escolas que se associaram. Quanto à questão da dívida a que o Senhor Deputado Luís Terêncio se referiu, disse que de facto neste ponto atual o Executivo falhou porque neste momento deveríamos estar com quarenta milhões de dívida, porque o Executivo anterior em seis anos, conseguiu fazer uma dívida de vinte milhões, o que quer dizer que este Executivo continuasse a proceder da mesma maneira deveríamos estar com quarenta milhões, o que não acontece. Como tal, disse, o atual Executivo falhou, “uma vez que estão a dever pouco e deveria estar a dever mais”. -----

----- Não havendo mais inscrições para intervir, relativamente ao “voto de louvor” proposto pela Senhora Deputada Carla Franco, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o assunto à votação, tendo sido deliberado, por maioria, dos vinte e três membros presentes, com dezasseis votos a favor, zero votos contra e sete abstenções, dos Senhores Deputados Luís Terêncio, Susana Guerra, António Pacheco, Pedro Morgado, Carlos Pousado, Jonathan Pacheco e Horácio Pinto, aprovar o voto de louvor proposto. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra, começando por agradecer o voto de louvor, lamentando, no entanto, que alguns Deputados Municipais não se congratulem positivamente com o mesmo. Disse, depois, que esta classificação não resulta apenas de trabalho do Executivo, mas sim de toda a equipa da Câmara Municipal, incluindo os colaboradores da autarquia, cabendo-lhe a ela, enquanto Presidente, liderar este trabalho. Em relação ao arranjo do Jardim Municipal disse tratar-se de um trabalho em rede onde a Câmara Municipal é parceira, mas quem tem liderado todo este processo é a Liga, a Misericórdia, a Leque, a Universidade Sénior e também o Agrupamento de Escolas. Este projeto chamado “Aldeia Natal” está enquadrado no âmbito do CLDS que tem como parceiros as Instituições referidas e a Câmara e é um projeto para três anos e praticamente sem custos para o Município. Quanto ao que disse o Senhor

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

Deputado Luís Terêncio, relativamente à situação financeira do Município, lembrou que fomos o Município que herdou a pior situação financeira do Distrito, senão do País, com um prazo médio de pagamento de mais de novecentos dias e uma taxa de endividamento que superava os trezentos por cento da média das despesas correntes. O Município em 2009, estava em desequilíbrio estrutural, que era a forma mais grave de desequilíbrio financeiro. Assim, inicialmente, tentou fazer-se apenas um saneamento financeiro para começar a conseguir diminuir a dívida, o qual não obrigava contrariamente ao reequilíbrio financeiro, não obrigava, embora recomendasse, a aplicar taxas máximas ao nível dos impostos locais. No entanto, em função dos cortes feitos pelo anterior Governo, que retiraram ao Município ,mais de três milhões de euros, o que dificultou que o Município atingisse os seus objetivos, teve que ser feito o Reequilíbrio, que agora já não existe e foi substituído pelo FAM. Esta figura, disse, de acordo com a Lei da Finanças Locais, obriga à aplicação das taxas máximas. Lembrou que numa Assembleia Municipal, a Câmara propôs reduzir o IMI para as famílias mais numerosas, mas isso não foi aceite pelo Governo, esperando que agora o novo Governo possa vir a haver mudanças. Referiu, depois, que não é correto dizer que há autarquias que estavam mal e que já recuperaram, citando depois a situação em ainda se encontram outros municípios do Distrito. De seguida, remeteu os Senhores Deputados para a consulta da informação financeira que lhe foi enviada, onde se pode verificar que a dívida já foi reduzida. Sublinhou, depois, que a dívida a curto prazo tem tido uma redução continuada, já não há pagamentos em atraso e temos prazo médio de pagamento de doze a quinze dias. Assim, sem deixar de investir e de fazer todo o trabalho e de aproveitar fundos comunitários, ao contrário do que disse o Deputado Luís Terêncio, considera que somos um caso de sucesso.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

----- 1. INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, DE ACORDO COM O N.º 2, ALÍNEA C), DO ART.º 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;

----- Para conhecimento, presente uma informação da Senhora Presidente da Câmara Municipal, datada de 15/12/2015, previamente distribuída a todos os Senhores Deputados, da qual vai ser arquivada cópia à presente ata, dando-se assim, como aqui integralmente reproduzida. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara prestou algumas explicações genéricas relativamente à mesma, salientando algumas questões, designadamente, a redução da dívida em €832.000,00, o encerramento de algumas candidaturas, tais como o Centro de Interpretação do Território e Casa do Povo de Sambade, a Torre do Relógio, dos trabalhos feitos no âmbito da candidatura ao FEM referente ao incêndio dos Picões, plantações de árvores que vão ser feitas, a adesão à Rede de Municípios Saudáveis e alguns eventos organizados, remetendo depois os Senhores Deputados para a leitura da informação. -----

----- 2. APROVAÇÃO NO ÂMBITO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA 2016:

----- 2.1. AUTORIZAÇÃO PARA A CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO PARA OCORRER A DIFICULDADES DE TESOURARIA:

----- A Senhora Presidente da Câmara interveio dizendo que este assunto é habitual todos os anos e tem que ser votado nesta altura pela Assembleia Municipal e tem como objetivo autorizar a Câmara, na eventualidade de ter alguma dificuldade de tesouraria, ir à banca contrair um empréstimo a curto prazo, o qual terá que ser amortizado até ao final do ano. -----

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- Não se registando inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o ponto dois ponto um à votação, tendo sido deliberado, por **unanimidade**, dos vinte e três membros presentes, aprovar o pedido de autorização da Câmara Municipal para a contração do empréstimo supra mencionado. -----

----- **2.2. AUTORIZAÇÃO PARA A CÂMARA ASSUMIR COMPROMISSO DE QUE RESULTEM ENCARGOS FINANCEIROS REPARTIDOS POR VÁRIOS ANOS ECONÓMICOS, EM CONFORMIDADE COM AS OPÇÕES DO PLANO:**

----- A Senhora Presidente da Câmara referiu que este pedido tem a ver com o facto de, na eventualidade de haver compromissos que ultrapassem um ano económico, têm que vir todos à Assembleia Municipal. No entanto, disse, atendendo a que por vezes pode haver a necessidade de efetuar um contrato para apresentação de uma candidatura que ultrapasse o ano económico e não haver a necessidade de fazer uma assembleia para o efeito, apresenta-se este pedido de autorização, vindo depois à assembleia toda a informação para conhecimento e ratificação. -----

----- Não se registando inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o ponto dois ponto dois à votação, tendo sido deliberado, por **unanimidade**, dos vinte e três membros presentes, autorizar a Câmara a assumir os compromissos referidos em epígrafe. -----

----- **2.3. APROVAÇÃO DOS ORÇAMENTO E GOP'S PARA 2016:**

----- A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra começando por referir que este Orçamento está a ser feito ainda com bastante incerteza. Por um lado não há Orçamento de estado, que normalmente tem uma série de regras que têm que ser cumpridas em relação às finanças municipais, nomeadamente, até ao nível das transferências do Estado, tal como a nível do endividamento, de questões com pessoal, entre outras. Por outro lado a incerteza em relação ao Quadro Comunitário porque ainda não abriram candidaturas nenhuma e não se sabe quais são as que vão abrir. Disse, depois, que no entanto, este Orçamento está de acordo com o que foi enviado para o FAM no âmbito do Plano de Ajustamento Financeiro, dando de seguida a conhecer o parecer do FAM (Fundo de Apoio Municipal), que é genericamente positivo quanto à proposta de Orçamento, contendo algumas recomendações, designadamente, a garantia da aplicação das taxas máximas nos impostos locais, bem como a revogação de quaisquer benefícios e isenções ainda que existentes, bem como a abstenção da concessão de benefícios onde se inclui o IMI familiar, assegurar no decurso da execução do Orçamento a desagregação no Mapa de Controlo Orçamental da Despesa que identifique as despesas pagas relativamente a compromissos de anos anteriores, e remeter informação ao FAM detalhada por ano e Agrupamento de despesa quanto aos compromissos assumidos para os exercícios seguintes. Continuando, salientou algumas questões do Orçamento, remetendo os Senhores Deputados para um Quadro constante na página 10/20 onde tem a estrutura e se pode verificar que as transferências do Estado representam a maior parte das nossas receitas, ou seja, oitenta por cento, e as receitas próprias que são os impostos locais, prestação de serviços (água, saneamento, etc.), taxas cobras e venda de bens de investimento. O valor previsto das transferências do Estado é de 6.122.000,00 euros, que pode vir a ser mais, uma vez que só foi considerado um aumento de 3% e poderá ir até aos 5%, dependendo das receitas que o Estado cobre de impostos. Remetem depois para a página 12/20, onde consta a estrutura da despesa, salientando os encargos de funcionamento que tem um peso de 63,55%, sendo o maior encargo com pessoal, que em 2016 vai ser maior uma vez que vão ser repostos os cortes nos salários. Referiu-se, depois, à despesa com a aquisição de bens e serviços que é de 2.000.000,00 de euros, que inclui a água e o saneamento pago em alta às Águas de Trás-os-Montes, os transportes e refeições pagas aos alunos. Quanto ao serviço da dívida prevê-se que corresponda a 1.056.000,00 euros, que é quase

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

metade do que tem sido habitualmente, que era de cerca de 2.000.000,00 euros. Esta redução, disse, tem a ver com o trabalho de reestruturação da dívida, conseguindo-se através de concurso baixar os juros dos bancos e aumentar os prazos de pagamento. Quanto ao investimento a Senhora Presidente disse que era na ordem de 1.000.000,00 euros e inclui obras por administração direta e empreitadas e protocolos feitos com as juntas de freguesia para realização de obras, os subsídios atribuídos às juntas e associações e as transferências para o FAM, que poderão muito provavelmente a deixar de existir. Referiu-se depois ao PPI onde constam a obras previstas e o Plano de Atividades Municipais onde consta a ações a promover ao nível da Cultura, educação, entre outras. -----

----- Não se registando inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o ponto dois ponto três à votação, tendo sido deliberado, por **maioria**, dos vinte e três deputados presentes, com dezasseis votos a favor, zero votos contra e sete abstenções dos deputados Luís Terêncio, Susana Guerra, António Pacheco, Pedro Morgado, Carlos Pousado, Jonathan Pacheco e Horácio Pinto, aprovar o Orçamento e GOP'S para o ano de 2016. -----

----- 2.4. APROVAÇÃO DOS MONTANTES TOTAIS DAS RECEITAS E DESPESAS POR NATUREZA ECONÓMICA:

----- Não se registando inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o ponto dois ponto quatro à votação, tendo sido deliberado, por **maioria**, dos vinte e três deputados presentes, com dezasseis votos a favor, zero votos contra e sete abstenções dos deputados Luís Terêncio, Susana Guerra, António Pacheco, Pedro Morgado, Carlos Pousado, Jonathan Pacheco e Horácio Pinto, aprovar os montantes supra referidos. -----

----- 2.5. APROVAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA DISPENSA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – ARTº 6º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO:

----- Não se registando inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o ponto dois ponto cinco à votação, tendo sido deliberado, por **unanimidade**, dos vinte e três deputados presentes, aprovar a autorização genérica referida em epígrafe. -----

----- 2.6. APROVAÇÃO DAS NORMAS DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO PARA 2016:

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal interveio e referiu que se trata de um assunto novo que é obrigatório, que descreve como se vai executar o Orçamento ou seja, são regras de execução, pedindo, depois, à Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, Drª Carla Victor, para dar alguma explicação complementar. A Chefe da Divisão Administrativa e Financeira referiu que se trata daquilo que a Lei impõe, ou seja, termos que definir resumidamente as regras de execução do Orçamento anual, nomeadamente, ao nível do processamento de despesas, etc. No fundo, disse, é o agregar de toda a legislação que temos que cumprir anualmente, tal como acontece com o Orçamento do Estado. -----

----- Não se registando inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o ponto dois ponto seis à votação, tendo sido deliberado, por **unanimidade**, dos vinte e três deputados presentes, aprovar as Normas de Execução referidas em epígrafe. -----

----- 3. RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DE EXECUÇÃO PLANO DE REEQUILÍBRIO FINANCEIRO E PAEL (INTEGRANDO O EMPRÉSTIMO PAEL NO CONTRATO DE REEQUILÍBRIO FINANCEIRO – 3º TRIMESTRE DE 2015 – 8º TRIMESTRE DE EXECUÇÃO:

----- A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra e referiu que este assunto é só para conhecimento. Disse que apesar de o Município já estar em processo de aprovação do PAM (Plano de Ajustamento Municipal), que se encontra à cerca de dois meses no Tribunal de Contas, que pediu alguns esclarecimentos, pensado que pelo tipo de esclarecimentos

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

pedidos deverá estar para breve a concessão do “visto”. Enquanto o Plano de Ajustamento Municipal não for visado pelo Tribunal de Contas, disse, tem que se continuar a fazer os relatórios trimestrais do Plano de Reequilíbrio Financeiro. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

----- 4. PROPOSTA DE MAPAS DE PESSOAL PARA 2016:

----- A Senhora Presidente da Câmara referiu que nesta proposta de Mapas de Pessoal estão a ser incluídas todas as pessoas que vieram da EDEAF e de que cujo processo concursal ainda não veio autorização do Governo, da qual se aguarda brevemente. Entende que logo que o novo Governo comece a ficar estabilizado todos os processos pendentes venham a ser despachados, pelo que pensa que no próximo ano poderão ser os concursos para esses lugares. Disse, depois, que embora não sabendo se tal vai ser possível, esperando, no entanto, que sim, pois espera que o atual Governo altere algumas regras, nomeadamente, que os municípios não estejam condicionados a pedidos de autorização e que se retomem as regras anteriores, pelo que se prevê nestes mapas de pessoal a abertura de algumas vagas, concretamente, para assessor jurídico, um técnico superior de turismo, uma vaga para arquiteto e técnico superior de higiene e segurança no trabalho. Não quer dizer que os concursos sejam abertos este ano, disse, tudo dependendo de ter margem financeira para o efeito. -----

----- Não se registando inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o ponto quatro à votação, tendo sido deliberado, por **maioria**, dos vinte e três deputados presentes, com dezasseis votos a favor, zero votos contra e sete abstenções dos deputados Luís Terêncio, Susana Guerra, António Pacheco, Pedro Morgado, Carlos Pousado, Jonathan Pacheco e Horácio Pinto, aprovar proposta de Mapas de Pessoal para 2016. -----

----- 5. PROVIMENTO DO CARGO DE CHEFE DA DIVISÃO DE URBANISMO E AMBIENTE EM REGIME DE COMISSÃO DE SERVIÇOS POR TRÊS ANOS:

----- A Senhora Presidente da Câmara informou que atualmente o lugar é ocupado em regime de substituição pelo Arquiteto Rui Gonçalves e que, tendo sido aprovada a abertura de concurso para provimento do cargo em regime de comissão de serviços, propõe-se à Assembleia Municipal a aprovação da constituição do respetivo júri do concurso. -----

----- Não se registando inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o ponto cinco à votação, tendo sido deliberado, por **maioria**, dos vinte e dois deputados presentes, com vinte e um votos a favor, zero votos contra e uma abstenção do Senhor Deputado António Pacheco, aprovar a seguinte constituição do júri do Procedimento para Provimento do Cargo de Chefe da Divisão de Urbanismo e Ambiente em regime de comissão de serviço por três anos: -----

----- Presidente: Arq. Carlos Oliveira Guerra, MTI – Ferro de Moncorvo; -----

----- 1º Vogal Efetivo: Eng. Civil Manuel Miranda, Presidente da Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana; -----

----- 2º Vogal Efetivo: Eng.ª Civil Maria José Afonso Amaro, Chefe da Divisão de Obras da C.M. de Alfândega da Fé; -----

----- 1º Vogal Suplente: Arq. Pedro Mascarenhas, C.M. de Macedo de Cavaleiros; -----

----- 2º Vogal Suplente: Dr.ª Carla Cristina Branco Caseiro Victor, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira da C.M. de Alfândega da Fé. -----

----- Não participou na votação deste assunto o membro: Pedro Miguel Camelo Morgado, por se encontrar ausente no momento da votação. -----

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- 6. ALTERAÇÃO DA DATA COMEMORATIVA DO FERIADO MUNICIPAL:

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal lembrou que este assunto já foi discutido numa anterior sessão, onde os Senhores Deputados tiveram a oportunidade de manifestar a sua opinião, chegando agora o momento de submeter este assunto à aprovação da Assembleia. Realçou o facto de não ter existido nenhuma oposição por parte do público em geral. Verificou, também, que da parte do clero, os Senhores Padres não colocaram qualquer oposição à alteração da data, compreendendo perfeitamente, que a intenção da mudança da data tinha a ver com uma reposição duma “verdade histórica”, tal como referiu numa comunicação dirigida aos munícipes em março de 2015, que pelo facto de não ter sido hoje distribuída aos Senhores Deputados tomara a liberdade de proceder à sua leitura, da qual vai ser arquivada cópia em anexo, dando-se aqui como integralmente reproduzida. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Mesa realçou o facto de a Comissão designada pela Assembleia reuniu apenas uma vez, pois na sequência do trabalho feito, desde que o assunto foi tratado na Assembleia Municipal, não resultou qualquer oposição de algum munícipe ou de alguma freguesia à alteração da data do feriado. -----

----- Posteriormente, usou da palavra o Senhor Deputado Diamantino Mário Lopes, dizendo que a Comissão constituída para estudar a proposta de alteração da data do feriado municipal reuniu uma vez, mas sentiu sempre que havia muita concordância, muita vontade de trabalhar em harmonia. Disse que iria votar favoravelmente esta proposta de alteração e que considera que seria positivo que a mesma fosse votada por unanimidade. Disse que às pessoas a quem foi perguntado que concordavam com esta alteração, todas disseram que sim e que na qualidade de Presidente da Junta da União de Freguesias de Pombal e Vales, levou o assunto a uma Assembleia de Freguesia e todas as pessoas manifestaram concordância. -----

----- O Senhor Deputado Luís Terêncio usou da palavra dizendo que a bancada do PSD/CDS-PP também iria votar favoravelmente esta proposta. Disse que a Comissão, a que pertence, também encontrou na fundamentação do texto do Professor José Lopes, um ponto de referência que é o facto de o 8 de maio ser uma data importante para se projetar a Festa da Cereja, pelo que pede ao Executivo que não deixasse cair esta data para darmos o salto qualitativo em relação à Festa da Cereja. -----

----- Não se registando mais inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa colocou o ponto seis à votação, tendo sido deliberado, por unanimidade, dos vinte e três membros presentes, aprovar a proposta da data de alteração ao Feriado Municipal para o dia 8 de maio. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

----- Não houve inscrições por parte do público. -----

----- Foram aprovados, em minuta, todos os pontos da ordem de trabalhos, que vão produzir efeito desde imediato. ---

----- A ata em minuta foi aprovada **por unanimidade**, dos vinte e três votos membros presentes. -----

----- E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelas doze horas e quinze minutos, da qual se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos Membros da Mesa. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

(Nuno Maria Abreu Pinheiro Miranda)

O Primeiro Secretário

(Maria Teresa Lavandeira de Araújo Pimenta Paçó)

O Segundo Secretário

(Domitila de Fátima Morais Branco)